

“O VANDALISMO VESTE TODOS OS TRAJES”:

**DERIVAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS DO CONCEITO DE VANDALISMO E
AS VERSÕES E SUBVERSÕES DA ORDEM PATRIMONIAL**

Diego Finder Machado ¹

Resumo: Algumas palavras do vocabulário cotidiano, ainda que tenham permanecido as mesmas ao longo dos séculos, não possuem mais o mesmo conteúdo, ou, ao menos, não mais se restringem aos limites do campo semântico em que foram forjadas. Novos significados são incorporados a velhas palavras, enquanto outros são esquecidos ou silenciados. “Vandalismo” é uma dessas palavras que passaram por reconfigurações semânticas no contemporâneo, adquirindo um grau de ubiquidade sem precedentes. Neologismo criado no contexto da Revolução Francesa por Henri Grégoire, em seus relatórios sobre o saque e a destruição de “monumentos nacionais”, atualmente a palavra “vandalismo” é empregada para nomear práticas sociais diversas, tanto a destruição de bens reconhecidos como patrimônio, como qualquer ato interpretado como dano à propriedade. Assim, quando se fala em “vandalismo”, o que se quer dizer? O que está encoberto pela plasticidade do uso da palavra? Quais as derivas históricas do conceito? Quais as implicações sociais da atribuição desse rótulo? Esta comunicação visa problematizar as derivas portuguesas e brasileiras do conceito de “vandalismo”, ao interpretar e contextualizar textos-manifestos contra a destruição do patrimônio (ou dos “monumentos nacionais”) escritos por Alexandre Herculano, no contexto português do século XIX, e por Alceu Amoroso Lima e Paulo Duarte, no contexto brasileiro da primeira metade do século XX. Parafraseando Herculano, pode-se dizer que, ao longo da história, o conceito de “vandalismo” vestiu diferentes trajes, pois, ao sentido inicial, sobrepueram-se novas camadas de significação. Investigar algumas dessas camadas, sedimentadas no presente, pode indicar maneiras de pensar sobre os ataques ao patrimônio cultural. Os textos analisados sugerem interpretações sobre os valores atribuídos ao passado e seus vestígios, os ideais de civilização frente à barbárie, as concepções de história e memória, bem como sobre os caminhos necessários para edificar uma nação.

Palavras-chave: História dos Conceitos. Vandalismo. Ordem Patrimonial.

POR QUE OS CHAMAM DE VÂNDALOS?

No dia 4 de abril de 2017, o jornal *A Cabra*, da Associação Académica de Coimbra, publicou texto que narrou um dia na vida de Alice. De início, a crítica à persistência de passados autoritários: “Há uma suástica no meio acadêmico. A tinta fossiliza-se nas paredes.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação da Professora Doutora Janice Gonçalves. Bolsista CAPES. E-mail: diego_finder@yahoo.com.br.

Paredes e escadas monumentais arquitectadas por quem arquitectou o Tarrafal” (AAC, 2017, p. 8). A Universidade de Coimbra, desde 2013 na Lista do Patrimônio Mundial, agrega, além do Paço das Escolas, que remete à monarquia, vestígios da reforma pombalina, no século XVIII, e de intervenções do Estado Novo, regime autoritário que perdurou de 1933 até a Revolução de 25 de Abril de 1974. Foi este regime que construiu as escadas monumentais de Coimbra, na década de 1950, e a Colônia Penal do Tarrafal em Cabo Verde, para onde enviaram presos políticos. Porém, o texto chamou a atenção às suásticas pichadas em paredes da cidade. Nostalgias do fascismo fazem-se visíveis e a força simbólica da suástica reativa dolorosas memórias.

Em oposição, a personagem se viu no ímpeto de agir: “Alice passeia pelas ruas da cidade e reconhece um cheiro de mofo vindo das paredes. Algo que contrai a mão que passeia, num punho que luta. (...) Há memórias de uma guerra passada que são reavivadas diariamente”. Resolve apanhar uma lata de tinta e dar formas renovadas às suásticas. No caminho, é tomada pelo medo: “Alice pergunta porque é que se esconde. Alice pergunta porque é que se chama de vândalos a uns mas não a outros”. O receio se concretiza e ela é confrontada por um segurança. Frente ao interlocutor, Alice se vê em dilema de ordem moral: “Alice não sabe como aos olhos do segurança é-lhe o mesmo ser contra uma suástica como ser contra uma resistência antifascista” (AAC, 2017, p. 8). Como desfecho, fica-se a saber que as inscrições foram encobertas e “um quadrado branco destoa na rocha monumental” (AAC, 2017, p. 8).

Pelas ruas de Coimbra, observa-se pichações em paredes e muros, com frases poéticas ou jocosas, ou, ainda, protestos políticos: críticas à gestão da universidade, à praxe acadêmica, ao turismo e ao machismo. Em meio ao cenário, surgiram suásticas, o que mobilizou estudantes no grupo “Coimbra Antifascista” para confrontar a “inação” e “passividade” da Universidade.

O dilema moral que se interpôs entre Alice e o segurança, a insensibilidade em perceber diferenças entre desenhar suásticas e tentar dissimulá-las, expõe a difícil interpretação de atos considerados “ataques” ao patrimônio. Rotulá-los como “vandalismo” é solução que implica em equiparações de propósitos e generalizações de efeitos sociais. Como se questiona Alice, por que alguns são chamados de vândalos, enquanto outros são depurados da rotulação? E por que, ao segurança, é vandalismo tanto as suásticas como a resistência

antifascista?

Como outros rótulos, a palavra vandalismo recai em indiferença ante às motivações de atos que se desviam de normas estabelecidas. De acordo com Gamboni (2014), não possuem igual peso as palavras “iconoclastia” e “vandalismo”. Enquanto iconoclastia significa “quebrar imagens”, remetendo à querela bizantina, vandalismo é termo associado à Revolução Francesa. Na atualidade, iconoclastia não denota apenas destruição de imagens religiosas e a oposição ao uso religioso de imagens, mas destruição de imagens de qualquer tipo. Como metáfora, conota ataques a instituições e crenças. Já vandalismo, não se limita à destruição de monumentos, podendo servir para rotular destruições diversas denunciadas como bárbaras ou ignorantes. Quando intenções são levadas em conta, costuma-se usar o conceito de iconoclastia. Ao contrário, ao pressupor “ignorância” e “brutalidade”, vandalismo é o conceito utilizado.

Neste artigo, a palavra “vandalismo” é compreendida em sua historicidade, com ênfase nas derivas portuguesas e brasileiras do conceito em textos que defenderam a preservação do patrimônio cultural, no século XIX e início do XX². Para o contexto português, são analisados textos publicados, entre 1838 e 1839, por Alexandre Herculano no jornal *O Panorama*. Já para o caso brasileiro, são analisados o texto *Pelo Passado Nacional*, publicado em 1916 por Alceu Amoroso Lima na *Revista do Brasil*, e textos da campanha *Contra o vandalismo e o extermínio* de Paulo Duarte, publicados em 1937 no jornal *O Estado de São Paulo*. Algumas questões se colocam: Quando se fala em “vandalismo”, o que se quer dizer? O que está encoberto pela plasticidade do uso da palavra? Como tais textos atuaram em invenções patrimoniais?

Antes, é necessário interrogar se a palavra “vandalismo” é um conceito. Questão similar foi colocada por Droit (2009), segundo o qual “um conceito pode ser definido como uma forma abstrata que permite organizar em uma classe uma série de objetos distintos que apresentam uma ou várias características comuns” (DROIT, 2009, p. 120). Essa premissa não condiz com a palavra “bárbaro”, que serve para designar fatos antagônicos: falta de educação e refinamento civilizado. Sugere, então, tomar tal palavra como operador cuja função é separar um grupo de seus “outros”. Semelhante função possui a palavra “vandalismo”, que

² Artigo elaborado a partir de investigações realizadas em estágio com bolsa PDSE/CAPES, entre abril e setembro de 2017, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob coorientação do Prof. Dr. Paulo Peixoto.

segrega aos confins do mundo “civilizado” condutas “brutas” e “ignorantes”. Contudo, ao contrário de “bárbaro”, “vandalismo” possui sempre conotação pejorativa. Isso fica evidente em Henri Grégoire, que teria cunhado o neologismo para matar o que ele significava. Mais que descrever a realidade, a palavra visa a nomear práticas, denunciar praticantes e reunir esforços para obstruí-los.

Como pondera Koselleck, um conceito concentra significados diversos, historicamente situados. Para o autor, se há conceitos cujos significados se mantiveram, existem outros “cujo conteúdo se alterou de maneira tão decisiva que, a despeito da mesma constituição linguística, são dificilmente comparáveis” (KOSELLECK, 2006, p. 106). Há, ainda, “neologismos que surgem em certos momentos e que reagem a determinadas situações sociais ou políticas cujo ineditismo eles procuram registrar ou até mesmo provocar” (KOSELLECK, 2006, p. 107). O neologismo “vandalismo” foi cunhado para explicar algo novo, porém ao retomar sedimentos de usos da palavra “vândalo” para nomear atitudes consideradas irracionais e incivilizadas.

A historiografia tem enfatizado a Revolução Francesa como marco na elaboração de ideias e práticas patrimoniais. Segundo Choay (2006), a preservação de monumentos nacionais emergiu do mesmo aparelho revolucionário que incitou a destruição de símbolos do Antigo Regime. Para Poulot (2009, p. 103), a Revolução, ao inserir a herança material na economia geral dos “monumentos”, forjou “nova economia moral das imagens”, buscando pacificar e “regenerar” vestígios do passado. Apesar de promover a destruição de “imagens corrompidas”, procurou “revelar a arte autêntica, até então relegada aos depósitos obscuros do despotismo”.

Em 1794, ao representar a Comissão para a Instrução Pública na Convenção Nacional Francesa, o abade jesuíta Henri Grégoire (1794) apresentou três relatórios a respeito dos saques e destruições de “monumentos”. O primeiro relatório, de 11 de janeiro, denunciou o vandalismo e apresentou meios para coibi-lo. Reivindicou o uso das coleções “imensas e preciosas” para “servir à instrução dos cidadãos” e disseminar consciência sobre o valor de monumentos que, “pertencendo a ninguém, serão propriedade de todos”. Aos olhos do religioso, atos destrutivos eram o “frenesi de bárbaros”, espécie de “fanatismo” de espíritos “contrarrevolucionários”.

O efeito das denúncias impulsionou a criação de mecanismos de proteção. Contudo,

disseminaram estigma imputado aos envolvidos em ataques ao patrimônio. Para Poulot (1995, p. 192), “o relato de um ato de vandalismo cai dentro de uma lógica de denúncia e acompanha um programa político e cultural projetado para proteger o mundo civilizado contra a barbárie”. Ao investir esforços na civilização, foi preciso apontar a “barbárie” e os “bárbaros”.

Ainda na França, a difusão do conceito contou com Victor Hugo. Em 1825, após viagem para a coroação de Carlos X, ele redigiu o texto *Sur la Destruction des Monuments en France*. A viagem, com Charles Nodier e Alphonse de Cailleux, coautores de *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*, deixou a impressão de um país em ruínas. Ele clamou por uma lei para os monumentos, pois considerava necessário “um grito universal” para conclamar “a nova França ao socorro da antiga”, já que “todos os gêneros de profanação, de degradação e de ruína” colocavam em risco “monumentos da Idade Média” (HUGO, 1958, p. 17).

Em 1832, Hugo retomou suas críticas no manifesto *Guerre aux démolisseurs*, publicado na *Revue des Deux Mondes*. No texto, fez inventário de destruições e levantou polêmicas: criticou a centralização administrativa; lamentou a perda da memória nacional; ridicularizou aqueles que, ao permitir a destruição, acreditavam poder apagar o passado feudal; zombou dos demolidores, considerando-os ora vermes de um cadáver, ora anões de Lilliput, fictícia ilha de *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift; menosprezou obras que puseram abaixo vestígios do passado; defendeu a valorização da arte medieval; censurou avaliações da arte em termos utilitários, apesar de propor o uso de monumentos para atrair recursos estrangeiros; e condenou restauros sem os devidos cuidados. Por fim, retomou reivindicação por lei para os monumentos nacionais, estabelecendo distinção entre “uso” e “beleza”, valor que pertenceria a toda gente.

Na pena de Hugo, “vandalismo” não é apenas um adjetivo. Tal como repisará Alexandre Herculano, a palavra é personagem: “Em Paris, o vandalismo floresce e prospera sob nossos olhos. O vandalismo é arquiteto. O vandalismo se enfeita e se empavona. (...) Todos os dias destrói alguma coisa do pouco que nos resta desse admirável Paris velho” (HUGO, 1958, p. 30). Trata-se de “personificação” pela qual visou a mostrar a nação dominada pelo vandalismo.

UMA CRUZADA CONTRA A ÍNDOLE DESTRUÍDORA

Ao menos desde o centenário de morte em 1977, Alexandre Herculano é reconhecido como pioneiro na defesa do patrimônio em Portugal. Ferreira (1977, p. 7), afirmou que, no que se refere aos “monumentos”, “não parece oferecer dúvidas que ele haja sido realmente um precursor”. A história dos discursos e práticas patrimoniais têm relevado o caráter fundante de textos dele publicados n’*O Panorama*, jornal literário e instrutivo que dirigiu entre 1837 e 1839, às custas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Como destacou Archer (2003, p. 3), foi pelas mãos do “mais notável e sistemático dos historiadores portugueses do século XIX” que a questão do patrimônio ganhou fôlego.

O primeiro número d’*O Panorama*, de 6 de maio de 1837, anunciou que visava a “um jornal que derramasse uma instrução variada” (INTRODUÇÃO, 1937, p. 2). Foi publicado texto sobre as ruínas da Igreja do Carmo, de Lisboa: “Em nosso país os monumentos do estilo gótico têm sido assaz desprezados, e até a barbaridade e ignorância lhes têm feito uma guerra cruel”. A Herculano (1937, p. 2), “cumpriria que o Governo e as Municipalidades vigiassem pela conservação destes monumentos, e pudessem coibir essas bárbaras demolições”. Indicava-se as linhas de força do romantismo que, em Portugal, emergiu com a vitória liberal em 1834. Se, por um lado, buscava-se dar continuidade à herança iluminista e instruir o país, por outro, tal herança era afastada para corrigir um cosmopolitismo e regressar à “alma nacional”. Delinear contornos da nacionalidade requeria conhecimentos “úteis” que incluíssem a história nacional, daí a sensibilidade pelo passado medieval e seus vestígios, como a arte gótica.

Conforme Catroga (1996), a derrocada do absolutismo alçou intelectuais a “mediadores da verdade” na consolidação do liberalismo. Na crença de que integravam uma “república das letras”, tomaram a si o desafio de irradiar nova cultura e “refundar” a nação. Propuseram retorno às origens, a um passado medieval presente nos monumentos, na cultura popular e na história. Era mister valorizar grandezas de outrora, pois “num país pequeno e decadente como Portugal, o passado representava a mais-valia legitimadora dos direitos históricos em relação a potências mais poderosas” (CATROGA, 1996, p. 47). Portanto, não é irrelevante o fato de ter sido um historiador a bradar a defesa do patrimônio. Leitor de obras estrangeiras, Herculano adequou ao contexto português a voga do romance histórico, reuniu

documentos da nação e promoveu renovação historiográfica. Para Catroga (1996), a obra dele resume o “historicismo romântico”, ao aspirar a verdade dos fatos e opôr-se às filosofias da história. Caberia ao historiador sustentar sínteses em análises minuciosas e perscrutar as causalidades poliédricas. Embora tenha refutado as filosofias, o historicismo não deixou de prever o futuro, pois “os imperativos da crítica documental coexistem com uma ordenação teleológica do tempo” (CATROGA, 1996, p. 95).

O século XIX foi quando a História se afirmou como disciplina e quando historiadores, em busca de fontes para sustentar “verdades”, envidaram esforços em prol de vestígios do passado. Com lentes de historiador, Herculano olhou sua época. Conforme Ribeiro (2014, p. 58), ele valorizou a “vertente histórica e documental atribuída ao monumento, entendido como um conjunto de factos e acontecimentos que lhe estão ou são associados”. Buscou pistas de fatos nacionais, sobretudo do medievo, berço da liberdade. Além disso, seu olhar assentava-se em um modo de comungar da fé cristã, o que explica sua interpretação da arte medieval. Conforme Maia (1900, p. 32), ele rejeitou leituras do medievo como decadência, identificando-o como “o momento fundamental em que se afirma a verdadeira religião e portanto a verdadeira arte”.

Escritores do XIX, como Herculano, uniram-se à causa dos monumentos e contribuíram para a ideia de patrimônio. Segundo Prats (1997, p. 22), o que define o patrimônio e justifica a conservação é “sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade”, legitimada em fontes “extraculturais”, essenciais e imutáveis. O processo tem seus esteios no romantismo, que fixou critérios de legitimação: a *natureza indomável*, metáfora da liberdade; a *história*, que oferecia exemplos de heróis e proezas; e o *gênio criativo*, a liberdade do autor. Ainda para Prats (1977, p. 26), os nacionalismos buscaram reviver, pelo patrimônio, “a história medieval como época acrisoladora das nacionalidades”, a “natureza” como reduto “da independência e bravura da pátria” e a tradição popular, “em cujo aparente atavismo confluem natureza e história”.

Tal como a “guerra aos demolidores”, deflagrada por Hugo, os textos de Herculano, publicados n’*O Panorama* entre 1838 e 1839, conclamaram uma “cruzada” contra a índole destruidora. Tais textos, reformulados entre 1872 e 1873, integraram seus *Opúsculos*, quando já retirado na Quinta Vale dos Lobos. É em nome do futuro que o historiador proferiu o brado.

Para Herculano, destruições ocorreram no passado, por “ignorância” ou “desleixo”, e no presente, em que destruir era “vertigem”. Colocou-se, então, na defesa dos monumentos: “Feliz quem isso escreve, se pudesse curar alguém da febre demolidora; salvar uma pedra, só que fosse, das mãos dos modernos hunos” (HERCULANO, 1982, p. 189). Desferiu, ainda, críticas a restauros pouco afeitos à “essência”: “Vê-se a arte na sua lenta agonia rodeada de curandeiros que se propõem sará-la, mas que transfiguram, sem alcançarem qual é o achaque íntimo que a devora” (HERCULANO, 1982, p. 189). Imperava, no seu tempo, “o instinto bárbaro, a malevolência selvagem, a filosofia da brutalidade” (HERCULANO, 1982, p. 191).

Os textos expressam descontentamento com os rumos do país após a vitória liberal. Na Revolução de Setembro, em 1836, ascendeu ao poder a ala mais radical do movimento liberal, os “setembristas”, que, em 1838, decretou Carta Constitucional revogando a de 1826, de D. Pedro IV. Já os mais conservadores, ala a qual Herculano se integrava, defendia a restauração da Carta de 1826 (por isso “cartistas”) e a soberania do monarca. Além disso, Herculano criticou efeitos danosos da extinção das ordens religiosas aos monumentos. O decreto de 1834 declarou extintos mosteiros, conventos, colégios e outras casas religiosas, sendo os bens nacionalizados.

Algumas questões de Hugo reaparecem em Herculano, ao lamentar a perda da memória nacional e criticar aqueles que achavam necessário apagar marcas feudais do Antigo Regime. Inclusive metáforas ressurgem: destruidores como vermes de um cadáver ou anões de Lilliput, incapazes de reconhecer a insignificância frente ao passado. Além disso, Herculano igualmente sugeriu os monumentos para atrair visitantes estrangeiros e reivindicou lei para protegê-los, ignorando o Alvará de D. João VI, de 1802, que já tratava disso. Sob inspiração francesa, ele utilizou o termo “vandalismo”: “Corre despeiado o vandalismo de um a outro extremo do reino, desbaratando e assolando tudo. Cômico perfeito, desempenha todos os papéis, veste todos os trajes” (HERCULANO, 1982, p. 191). Em diferentes trajes, o vandalismo punha em risco os monumentos pátrios. Trata-se de personificação, modelo tomado de Hugo. Essa tradução cultural, ao moldar ao contexto português palavras de um francês, foi criticada no próprio *O Panorama*. Em 1842, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen mencionou: “Fácil nos fora pedir a Victor Hugo algumas cores emprestadas para pintar quadros retocados de indignação, contra os consertadores modernos dos edifícios antigos” (VARNHAGEN, 1842, p. 75).

É preciso lembrar que Herculano foi tradutor e intérprete do romantismo europeu. Algumas de suas traduções foram incluídas n’*O Panorama*, em atenção ao anseio de oferecer visão ampla da época. Segundo Costa (2013, p. 21), Herculano se destaca como tradutor, notadamente pelo “diálogo criativo e insubmisso que manteve com as fontes sempre que as usava para a sua própria produção, mantendo uma autonomia quase total”. Além disso, deve-se ter em conta, como destacou Maia (2007), que os debates sobre preservação e restauro em Portugal, durante o século XIX, foram protagonizados por intelectuais liberais que, por vontade própria ou contingências políticas, viveram em exílio. Herculano, por ter participado, em 1831, da fracassada insurreição contra D. Miguel I, exilou-se na Inglaterra e, depois, na França. Retornou em 1832 a Portugal, como integrante do exército de D. Pedro IV que cercou e tomou a cidade do Porto. Com a vitória, foi nomeado para a Biblioteca do Porto, de onde exonerou-se em 1836. A vivência no exílio e a erudição noutros idiomas explicam o modo como ele adequou ao contexto histórico, político e cultural português saberes e práticas de outros países.

A palavra vandalismo foi dirigida aos governantes e às elites. Ao descrever um país decadente e em ruínas, e o vandalismo “aprimorado no traje”, Herculano tomou posição contra os rumos do governo e denunciou seus excessos. Ao fazer isso, deixou entrever seu modo de interpretar o passado e de valorizar os monumentos, em busca da “verdade histórica”.

O SOPRO DE UM VENTO ICONOCLASTA

No limiar do século XX, período de intensos debates sobre os rumos da República, é possível situar a emergência da palavra “vandalismo” em manifestos pelo patrimônio no Brasil. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), lançou, em 2016, uma linha do tempo para sinalizar fatos relevantes na história da preservação no país. Como marco inicial, a publicação, na *Revista do Brasil*, do texto “Pelo Passado Nacional”, de Alceu Amoroso Lima. Trata-se de relato de viagem às cidades de Ouro Preto e Diamantina, com Rodrigo Melo Franco de Andrade, futuro presidente do órgão federal de preservação. Ao anunciar a “descoberta” do barroco mineiro e conclamar a preservação, ele buscou fazer ouvir “a voz das mortas gerações” e “a lamentação das ruínas”. Ouro Preto e Diamantina eram

simbólicas nas narrativas sobre as origens nacionais, investimento necessário a uma nova ordem republicana. Ao autor, a história das cidades estava ligada à expansão do território, logo, à “epopeia bandeirante”. Além disso, teriam sido berço da independência nacional, quando houve revolta contra os tributos pagos à metrópole portuguesa, foram “dois brasileiros da libertação da terra” (LIMA, 1916, p. 1-2).

A *Revista do Brasil* foi projeto lançado em 1916 por Júlio de Mesquita, dirigente do jornal *O Estado de São Paulo*. Publicação nacionalista, buscou detectar entraves ao crescimento e apontar caminhos ao futuro. Para De Luca (1999, p. 47), a revista “foi concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo”. Pairava um paradoxo entre o orgulho pela imensidão territorial e o embaraço frente a uma história pouco fulgurante, em comparação a outras nações. Segundo De Luca (1999, p. 90), “se a linguagem da geografia era grandiosa e compatível com papel que se lhe atribuía, a da história era reticente e insistia nas mazelas e desacertos”. Contudo, havia consenso de que era necessário mirar-se no exemplo paulista. Ganhou força um tipo de narrativa que valorizava o bandeirante, sendo que “a narração da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopeia nacional” (DE LUCA, 1999, p. 87). Tal interpretação atribuía legitimidade à ideia de que São Paulo deveria ser a locomotiva a acelerar a história e a conduzir o país rumo ao futuro.

Foi o valor histórico que Lima reconheceu nas cidades mineiras, pois cabia às “cidades mortas”, como as mineiras, “acordar em nossas almas o respeito pelas coisas de antanho, penhor seguro de um amor positivo às coisas do presente”. Para ele “o passado é um grande educador”, todavia “suas lições só são verdadeiramente instrutivas quando têm por cenário o quadro em que ele se desenrolou”. Valorizar a história, ainda que recente, exigia preservar cenários de enredos passados, pois, em um país “à míngua de patriotismo”, era urgente “guardar para a nossa e para as gerações vindouras a moldura do nosso passado” (LIMA, 1916, p. 2).

O texto foi “grito de revolta” face a situação dos monumentos nacionais, já que “sobre a nossa Terra, vazia de monumentos encanecidos, sopra um grande vento iconoclasta. Ouve-se a cada passo o ruir de uma velha pedra: são a ignorância dos homens e a marcha do tempo, em sua marcha inexorável” (LIMA, 1916, p. 2). Ele utilizou a palavra “iconoclastia” para qualificar atos de “ignorância”, próximo ao significado atribuído à palavra “vandalismo”. Esta

palavra é utilizada para criticar a restauração, pois se feita “como entre nós, sem a mínima preocupação pelo primitivo aspecto do edifício, já não é senão um vandalismo” (LIMA, 1916, p. 11).

Intriga as semelhanças com os textos de Hugo e Herculano. Seja no lamento pela perda da memória nacional, seja no desejo de conclamar elites em defesa dos monumentos, seja, ainda, na crítica à restauração, é possível identificar filiações com o pensamento romântico do século XIX. Tais semelhanças se mostram, também, quando o autor enfatiza o valor histórico dos monumentos. Outro indício é o clamor por uma lei de proteção: “E já que vivemos numa época legista, façamos uma lei, essa ao menos útil e benfazeja, à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação” (LIMA, 1916, p. 14). Lima residiu em Paris em 1913, ocasião em que acompanhou cursos na Sorbonne e no Collège de France. É possível aventar a hipótese de que ele tenha tido contato com textos de Hugo e de outros intelectuais oitocentistas vinculados à causa da preservação dos monumentos.

Contudo, uma diferença deve ser sublinhada. Se para Hugo e Herculano as comparações se davam no âmbito da história nacional, para Lima tais comparações levavam em conta uma história geral das civilizações, colocando o Brasil em defasagem frente a nações mais antigas. Por ocupar posição pouco significativa no concerto das civilizações, seria mais difícil no Brasil convencer as elites de que havia um passado a preservar. Porém, embora “vazia de monumentos encanecidos”, para o autor a nação possuía “velhas pedras” evocativas de sua história.

EM TERRA DE CUPINS, O BOM EXEMPLO DAS FIGUEIRAS BRANCAS

Também uma viagem, com Mário de Andrade, motivou Paulo Duarte, então deputado estadual em São Paulo, a sair em defesa do patrimônio. Em 11 de junho de 1937, ele publicou n’*O Estado de São Paulo* o artigo *Contra o Vandalismo e o Extermínio*, que desencadeou uma campanha pela preservação da história paulista. A esse artigo, seguiram-se outras publicações, discursos na Assembleia Legislativa, além de missivas de apoio de intelectuais e instituições. Paulo Duarte ingressou n’*O Estado de São Paulo* em 1919, filiando-se ao Partido Democrático (PD), oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP). Apesar do apoio à

Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder, em 1932 o PD se aliou ao PRP para exigir inserção de paulistas no poder. Com a derrota na Revolução de 1932, Duarte seguiu ao exílio em Portugal e França, de onde retornou no ano seguinte, com Armando de Salles Oliveira na interventoria de São Paulo. Em 1934, foi nomeado assessor de Fábio Prado na prefeitura de São Paulo, contribuindo na criação, em 1935, do Departamento de Cultura, gerido por Mário de Andrade. Tinha-se por certo que, do Departamento de Cultura, as ações irradiaram pelo país, na crença de que Salles Oliveira seria presidente, planos foram frustrados em 1937 com a implantação do Estado Novo.

No primeiro artigo da campanha, Duarte relatou visita a localidades de São Paulo, em razão da nomeação de Mário de Andrade como delegado para a indicar bens a serem protegidos no estado. No itinerário – Carapicuíba, Cotia, Mboy (Embu das Artes), São Miguel e São Roque – buscaram vestígios do passado paulista que, por valor estético ou histórico, merecessem proteção por legislação federal ou estadual. Encontraram uma paisagem em ruínas: “(...) nesses velhos lugares, não fizemos outra coisa senão engrossar a nossa desilusão” (DUARTE, 1938, p. 7). Lamento veio também de Mário de Andrade, que escreveu para a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. No artigo sobre a capela de Santo Antônio, em São Roque, ele concluiu: “Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e muita, muita amargura”. A ele, a “esperança de descobrimentos admiráveis” era inútil, pois acabava-se por se deparar com “ruínas, tosquidões” (ANDRADE, 1937, p. 119).

Em comparação com o barroco mineiro, a Duarte e Andrade as construções antigas de São Paulo pareciam rudimentares. Porém, em uma interpretação que afirmaria o pioneirismo paulista no desbravamento do território e na consolidação da nação, entendiam que resquícios de “notáveis fatos históricos” não poderiam ficar desprotegidos. Como deixou claro Andrade, não se tratava de identificar preciosidades do gênio artístico, pois, “o critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no Estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico” (ANDRADE, 1937, p. 119).

Duarte foi incisivo ao denunciar atos que considerou “vandalismo” e “extermínio”, manifestações de “ignorância”. Assim, ao buscar conter saques e destruições, a campanha era entendida como educação do olhar aos valores, algo a ser encampado pelas elites. O relato de Duarte (1938, p. 8) apontou responsáveis pelo “crime de uma época que não sabe honrar o seu

presente, porque não ama as coisas do seu passado”, além de manifestações de zelo e cuidado. Sobre São Miguel, não poupada do “mau espírito destruidor”, disse que “o vandalismo não respeitou nem a preciosa capelinha colonial” (DUARTE, 1938, p. 11). Pelas informações que obteve, a porta da sacristia, uma cômoda de paramentos religiosos e um precioso sacrário da igreja teriam sido vendidos pelo vigário, padre estrangeiro. Mais que incúria, isso lhe parecia caso de polícia. Era preciso reconhecer que “aqueles pedaços magníficos da capela de São Miguel não pertenciam ao padre que os teria vendido, porque a igreja histórica, com todas as suas minúcias, não é propriedade de ninguém, é patrimônio de São Paulo” (DUARTE, 1938, 12). A campanha de Duarte buscou dissociar valor de uso e valor cultural. Tal postura era necessária ao argumentar por leis e órgãos de preservação. Buscou cultivar sensibilidade pelo passado, o que levaria ao engajamento: “Chegou o momento de S. Paulo levantar-se de novo, mas desta vez contra o vandalismo e o extermínio de suas joias, vencendo definitivamente a barbárie de iconoclastas mercenários ou inconscientes” (DUARTE, 1938, p. 16).

Segundo Rodrigues (1994, p. 21), a campanha de Duarte aproximou correntes políticas divergentes. Liberais e conservadores se dispuseram a colaborar, porém ao mobilizar interesses distintos. Enquanto aos liberais a ação “guardava um caráter educativo”, aos conservadores “propiciaria o resgate do que se supunha estar ameaçado pela ordem social urbana”. Porém, ambos convergiram na escolha da história a privilegiar: os bandeirantes na construção da nação.

Em outro artigo, Duarte distinguiu duas atitudes ao patrimônio. Por um lado, o exemplo do cupim, “implacável térmita, nas suas dezenas de espécies, que corrói as paredes, pulveriza caibros e esteios, esvurma as talhas e só abandona o campo quando já não resta uma molécula aproveitável de celulose”, por outro, o exemplo da figueira branca, que “vai abraçando as taipas rachadas, crescem contornando as paredes, forma uma rede que as segura heroicamente” (DUARTE, 1938, p. 18). Os exemplos conotam oposição entre “barbárie” e “civilização”. Em sociedades civilizadas “o método da figueira branca estilizou-se em séculos de experiência e carinho”, enquanto no Brasil “foi preferido o exemplo do cupim” (DUARTE, 1938, p. 19).

A Andrade, deveria ser investido em educação com novos museus, “museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo” (DUARTE, 1938, p. 218-219). Tal missão envolveria visitas de operários, estudantes e crianças, orientados por “explicador

inteligente”. Entendendo isso como “alfabetização cultural”, ele alertou que, para o sucesso da campanha, era preciso sensibilizar não apenas as elites, pois “sem o auxílio do povo, esclarecido, jamais conseguiremos nada permanentemente eficaz contra vandalismos e extermínios” (DUARTE, 1938, p. 220). Buscando “iluminar” aqueles que ignoravam as riquezas culturais, o que é posto em jogo é a construção de um olhar educado para reconhecer e valorizar uma herança.

No Brasil, ao contrário da Europa do século XIX, a busca pela proteção do patrimônio veio de vanguardas modernistas, vitoriosas nas disputas com o revivalismo neocolonial. Porém, não se pode dizer que os modernistas, na ânsia por desenvolvimento e progresso, voltaram-se contra o passado. As fontes de legitimidade invocadas pelo romantismo do século XIX – a história, a natureza e o gênio – não estiveram ausentes nos argumentos modernistas. A diferença se dá no fato de que, a estes, o passado não era lugar a retornar, mas inspiração para o novo.

ESTRANHAS PRONÚNCIAS DA LINGUAGEM DO PATRIMÔNIO

Outro episódio, em Coimbra, sugere continuidades e descontinuidades nas maneiras como a palavra “vandalismo” tem sido mobilizada em prol do patrimônio. Em 17 de abril de 2017, matéria do *Diário As Beiras* dava conta de que um ato de sensibilização foi promovido pelo Museu Nacional Machado de Castro. A ação teve apoio de universitários ligados ao Núcleo de Estudantes de Química e de outras pessoas para cobrir pinturas nas paredes da cidade. Para Ana Alcoforado, diretora do museu, não havia fim estético: “Isto não é arte. É vandalismo”. Um estudante teria dito que “os edifícios e monumentos são erradamente utilizados para críticas sociais e políticas”. E o próprio jornal se posicionou, dizendo que “os atos de puro vandalismo continuam a multiplicar-se, atingindo espaços e edifícios emblemáticos”. Segundo Alcoforado, a questão preocupava porque o patrimônio não é “recurso renovável” (ALMEIDA, 2007, p. 7).

Em primeiro lugar, persiste o uso da palavra “vandalismo” para rotular atos cujas intenções e significados não se quer perceber. Em segundo, há insistência em uma ideia de patrimônio centrada na materialidade, que não seria “renovável”. Em sua condição de “coisa”, o patrimônio não é renovável, contudo, não haveria constante renovação no que tange aos

significados simbólicos? Há um cruzamento de práticas e discursos que, em meio a disputas, atribuem valores e significados ao patrimônio. Em terceiro, nota-se crença na educação como arma no combate. Frente ao que se considera “ignorância”, caberia esforço para “esclarecer”. Pressupõe-se acervo reconhecido e valorizado, ao qual caberia ações para “iluminar” os olhares.

Há também discrepâncias. Primeiro, a ubiquidade que a palavra “vandalismo” assumiu, cabendo à destruição de obras monumentais e de objetos comuns. Segundo, se antes as críticas eram dirigidas às elites e governos, atualmente “vândalos” são apontados entre jovens pobres. Terceiro, o arrefecimento dos ânimos nacionalistas, já que, desde a década de 1980, as práticas patrimoniais têm se voltado à valorização de memórias locais e regionais, ou, ainda, mundiais. Quarto, atualmente as campanhas não se pautam na “retórica da perda” (GONÇALVES, 2002), pois não há motivo para clamar por leis e órgãos de proteção. Há uma “retórica do abandono” mobilizada para criticar a insuficiência no cuidado. Patrimônios tidos por “abandonados” estariam a comprometer padrões de estética urbana e a dar abrigo a práticas marginalizadas.

É preciso destacar que campanhas contra o vandalismo são momentos de reelaboração de versões de uma “ordem patrimonial”. A palavra “ordem” refere-se tanto a “organização” como a “regime disciplinar”. No que se refere ao patrimônio, o sentido dúbio sugere que a patrimonialização é processo de elaboração de um acervo, sistematizado por mapas e narrativas, visando a transmitir significados do passado. Implica, ainda, prescrição de comportamentos condizentes com um presumido “bom uso” do patrimônio. Tanto num sentido como em outro, a “ordem patrimonial” é pautada, em suas versões, pela vontade de conter as subversões.

Os manifestos e campanhas, que, desde a Revolução Francesa, vestiram em diferentes trajes o conceito de vandalismo, apelaram à educação do olhar para que fossem compreensíveis os códigos da linguagem do patrimônio. Porém, a “gramática” dessa linguagem foi confiada, em primeira instância, a intelectuais com legítima autoridade para definir o que é, o que não é e o que poderia ser patrimônio. Assim, não houve disposição para perceber outras pronúncias da linguagem patrimonial e outras maneiras de imaginar e viver o patrimônio, resguardando os “segredos” da patrimonialização numa espécie “caixa preta” ilegível e pouco acessível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Cruz. “O Patrimônio não é um recurso renovável”. **Diário As Beiras**, Coimbra, n. 7161, p. 7, 19 abr. 2017.

ANDRADE, Mário de. A capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 24-29, 1937.

ARCHER, Paulo. **Sobre a visão patrimonial de Herculano em Monumentos Pátrios**. Tomar: Terra de Linho, 2003.

ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE COIMBRA – AAC. Em cont(r)os: propriedade (que nos foi) privada. **Jornal Universitário de Coimbra – A Cabra**, Coimbra, p. 8, 4 abr. 2017.

CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico. In: TORGAL, Luís Reis et. al. **História da História em Portugal: séculos XIX – XX**. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.

COSTA, Fernanda Gil. Herculano tradutor e intérprete do romantismo europeu. In: MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coord.). **Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento**. Porto: FLUP, 2013. p. 19-24.

DE LUCA, Tania. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DROIT, Roger-Pol. **Genealogía de los bárbaros: historia de la inhumanidad**. Barcelona: Paidós, 2009.

DUARTE, Paulo. **Contra o vandalismo e o extermínio**. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1938.

FERREIRA, David Mourão. **Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977.

GAMBONI, Dario. **La destrucción del arte: iconoclasia y vandalismo desde la Revolución Francesa**. Madrid: Cátedra, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ; IPHAN, 2002.

GRÉGOIRE, Henri. **Report on the destruction brought about by Vandalism, and on the means of curbing it**. 1794. Disponível em: http://www.cla2.auburn.edu/user_pages/kingston/5310/week14/gregoire.pdf. Acesso em: 18 ago. 2017.

HERCULANO, Alexandre. A Architectura Gothica. **O Panorama**, Lisboa, n. 1, p. 2-4, 6 mai. 1837.

_____. Monumentos Pátrios. In: _____. **Opúsculos**. Vol. 1. Porto: Presença, 1982. p. 173-219.

HUGO, Victor. Guerra aos Demolidores: 1825-1832. In: _____. **Filosofia e Literatura Entremeadas**: tomo II. Obras Completas. v. XXIV. São Paulo: Editora das Américas, 1958.

INTRODUÇÃO. **O Panorama**, Lisboa, n. 1, p. 1-2, 6 mai. 1837.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006. p. 97-118.

LIMA, Alceu. Pelo Passado Nacional. **Revista do Brasil**, São Paulo, v. III, n. 9, p. 1-15, set. 1916.

MAIA, Maria Helena. **Património e Restauro em Portugal: 1825-1880**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

POULOT, Dominique. Revolutionary 'Vandalism' and the Birth of the Museum: The Effects

of a Representation of Modern Cultural Terror. In: PEARCE, Susan (org.). **Art in Museums: New Research in Museum Studies**. London: Athlone Press, 1995, p. 192-215.

_____. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

RIBEIRO, António Manuel. **O museu de imagens na imprensa do romantismo: património arquitectónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Mosteiro de Belem. **O Panorama**, Lisboa, n. 10, p. 73-76, 5 mar. 1842.